reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como REN.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, determina-se que, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a presente redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 180/2006, de 6 de Setembro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, seja reconhecido o interesse público do projecto de construção da ponte sobre o rio Moura e reformulação do traçado da via existente no concelho de Monção.

19 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 15 265/2007

A Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães deliberou em 23 de Março de 2004 proceder à revisão do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/94, de 18 de Outubro, e alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 99/2000, de 4 de Agosto, e 140/2000, de 18 de Outubro.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 11 de Janeiro de 2007, em cumprimento do n.º 11.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a fundamentação para a revisão do Plano Director Municipal apresentada pela Câmara Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e no n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Considerando, ainda, a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Carrazeda de Ansiães, conforme consta da acta da referida reunião preparatória;

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Carrazeda de Ansiães, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

a) No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte;
Direcção-Geral de Recursos Florestais;
IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;
Direcção Regional da Economia do Norte;
Turismo de Portugal, I. P.;
Direcção Regional de Educação do Norte;
Administração Regional de Saúde do Norte;
Instituto de Transportes Terrestres;
Estradas de Portugal, E. P. E.;
ICP-ANACOM;
Rede Eléctrica Nacional, S. A.;
Instituto Nacional de Reabilitação, I. P.;
Guarda Nacional Republicana;
Autoridade Nacional de Protecção Civil;
Águas de Carrazeda;
Resíduos do Nordeste;

b) Nos termos da alínea b) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães;
Município de Vila Flor;
Município de Moncorvo;
Município de Murça;
Município de Mirandela;

Município de Alijó;
Município de São João da Pesqueira.

19 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 15 266/2007

A Câmara Municipal de Caminha deliberou em 13 de Fevereiro de 2006 proceder à revisão do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/95, de 29 de Novembro.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 11 de Janeiro de 2007, em cumprimento do n.º 11.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a fundamentação para a revisão do Plano Director Municipal apresentada pela Câmara Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 9.º Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Considerando, ainda, a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Caminha, conforme consta da acta da referida reunião preparatória;

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Caminha, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

a) No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte;
Direcção-Geral de Recursos Florestais;
IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;
Direcção Regional de Economia do Norte;
Turismo de Portugal, I. P.;
Direcção Regional de Educação do Norte;
Administração Regional de Saúde do Norte;
Instituto Português e dos Transportes Marítimos;
Capitania do Porto de Caminha;
Estradas de Portugal, E. P. E.;
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
Instituto do Desporto de Portugal;
Rede Eléctrica Nacional, S. A.;
Guarda Nacional Republicana;
Águas do Minho e Lima;

b) Nos termos da alínea b) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães;
Município de Vila Nova de Cerveira.

19 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 15 267/2007

A Câmara Municipal de Estremoz deliberou em 10 de Maio de 2006 proceder à revisão do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/95, de 3 de Novembro.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 5 de Janeiro de 2007, em cumprimento do n.º 11 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a fundamentação para a revisão do Plano Director Municipal apresentada pela Câmara Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 9 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Considerando, ainda, a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano

Director Municipal de Estremoz, conforme consta da acta da referida reunião preparatória:

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Estremoz, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos do disposto no n.º 5 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

a) No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
Direcção Regional de Economia do Alentejo;
Turismo de Portugal, I. P.;
Região de Turismo de Évora;
IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
Instituto Geográfico Português;
Direcção Regional de Educação
Administração Regional de Saúde;
Instituto do Desporto de Portugal;
Ministério da Defesa Nacional;
Estradas de Portugal, E. P. E.;
REFER — Rede Ferroviária Nacional;
ICP-ANACOM;
Autoridade Nacional de Protecção Civil;
REN — Rede Eléctrica Nacional;
Águas do Centro Alentejo, S. A.;
ASSIMAGRA;

b) No âmbito do disposto na alínea b) do n.º 2 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril — Câmara Municipal de Estremoz.

19 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Rectificação n.º 1040/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 10 513/2007, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de Junho de 2007, pelo qual foi declarada a utilidade pública da constituição da servidão administrativa com carácter de urgência sobre duas parcelas de terreno tendo em vista a construção das condutas de descargas de emergência da ETAR do subsistema de águas residuais de Cambres, venho, nos termos e para os devidos efeitos do artigo 148.º do CPA, proceder à sua rectificação, designadamente na identificação do concelho, como sendo o de Lamego, em vez do de Santo Tirso, e na identificação do nome da empresa, como sendo Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., em vez de Águas do Ave, S. A.

22 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 15 268/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna, bem como a dotação de lugares de direcção intermédia do 1.º grau, das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada como CCDRLVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Considerando que, na sequência da referida reestruturação se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora estruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à CCDRLVT;

Considerando que a licenciada Paula Cristina da Luz Martins da Cunha possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade adequada e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Desenvolvimento Regional da CCDRLVT a licenciada Paula Cristina da Luz Martins da Cunha, assessora principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Cascais, nos termos dos artigos 20.º e 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

2 de Maio de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Nome — Paula Cristina da Luz Martins da Cunha.

Currículo académico:

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Pós-graduação em Gestão Autárquica (1998) pelo Instituto Superior de Gestão.

Currículo profissional:

Entre 16 de Novembro de 2005 e 30 de Abril de 2007, exerceu, em regime de acumulação, os cargos de directora de serviços do Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento e de directora de serviços do Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional da Cooperação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre Junho de 2002 e Novembro de 2005, exerceu o cargo de directora do Departamento Municipal de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Maio de 1998 e Junho de 2002, exerceu o cargo de directora do Departamento Municipal de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Cascais;

Entre Dezembro de 1997 e Junho de 1998, foi responsável simultaneamente pelo Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa e pelo Departamento de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Cascais;

Entre Maio de 1996 e Maio de 1998, exerceu o cargo de directora do Departamento Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa da Câmara Municipal de Cascais;

Entre Janeiro de 1995 e Maio de 1996, exerceu funções no cargo de chefe de divisão de Organização, Planeamento e Gestão Municipal da Câmara Municipal de Cascais;

Entre 1992 e 1995, exerceu funções no cargo de chefe da Divisão de Turismo e Actividades Económicas da Câmara Municipal de Cascais e, em simultâneo, foi responsável pelo Centro de Informação e Documentação Técnica.

Outras actividades e referências:

Tem participado desde 1996 em diversas reuniões e missões internacionais;

É autora de diversos documentos orientadores nos domínios de intervenção em que exerceu funções públicas.

Formação profissional:

É formadora certificada pelo IEFEP e tem exercido diversa actividade nesse domínio, bem como na área da consultoria;

Formação profissional nas áreas de planeamento estratégico, ordenamento do território, finanças públicas, planeamento e controlo de gestão, auditoria, gestão financeira, gestão de recursos humanos, desenvolvimento organizacional, sistemas de gestão e gestão de informação.

Despacho n.º 15 269/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna, bem como a dotação de lugares de direcção intermédia do 1.º grau, das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada como CCDRLVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Considerando que na sequência da referida reestruturação se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas